



<http://dx.doi.org/10.30681/23588403v12i03176183>

AS RELAÇÕES ENTRE O ATIVISMO ONLINE E AS REPRESENTAÇÕES DE INTOLERÂNCIA PELA LINGUAGEM: É PRECISO FALAR SOBRE A MACUMBA

Mike Ceriani de Oliveira GOMES (IPEMIG)¹

Data de recebimento: 30/11/2019

Aceite: 16/01/2020

Resumo: Partindo da observação de casos de intolerância religiosa no Brasil, que atinge em massa adeptos de religiões de matriz africana, este artigo busca expor algumas destas representações de intolerância presentes na linguagem de quem a pratica, ou seja, como o uso de uma palavra como “macumba” pode, por si só, caracterizar preconceito e discriminação. Mais do que se ater ao caso, é levantada uma exposição de autores da comunicação social, a fim de compreender como a internet pode ceder um espaço de vários tipos de ativismo, uma vez que o ativismo online pode dar força a movimentos de intolerância, porém, também pode identificar seus principais focos e seu possível público. Como conclusão, sugere-se também uma revisão no texto constitucional brasileiro que trata a intolerância religiosa, de modo a se incluir em sua interpretação o uso de vocábulos depreciativos.

Palavras-chave: Intolerância; Macumba; Ativismo.

Abstract: Taking the observation of cases of religious intolerance in Brazil, which reaches mass adherents of religions of African matrix, this article seeks to expose some of these representations of intolerance present in the language of those who practice it, that is, as the use of a word like “macumba” can in itself characterize prejudice and discrimination. More than sticking to the case, an exhibition by media authors is raised in order to understand how the internet can give way to various kinds of activism, as online activism can give rise to intolerance movements, but also identifies their main focuses and their potential audience. In conclusion, a revision of the Brazilian constitutional text dealing with religious intolerance is also suggested, so as to include in its interpretation the use of offensive words.

Keywords: Intolerance; Macumba; Activism.

Introdução

Conviver com o diferente é muitas vezes um desafio ao ser humano. Tornou-se atividade rotineira ligar a televisão e no telejornal se deparar com ocorrências de agressão física e verbal em função da não aceitação de diferenças entre dois ou mais grupos. Só na esfera religiosa, muitos dos conflitos ocorridos são frequentemente partidos de seguidores e líderes de religiões de maior adesão contra seguidores de religiões de menor adesão.

¹ Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa (2019) pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais (IPEMIG); Professor de Inglês. e-mail: mikegd1@hotmail.com



Vários agentes defensores de minorias religiosas justificam que o não respeito ao diferente tem embasamento na falta de conhecimento sobre as minorias. Muitos grupos e líderes que praticam crimes de intolerância, porém, demonstram total falta de interesse em conhecer melhor as minorias, ou as conhecem, mas têm plena convicção de que elas não merecem qualquer respeito para o convívio em sociedade.

Segundo o veículo O Globo Rio (2018), só no primeiro trimestre de 2018, denúncias de crimes de intolerância religiosa no Rio de Janeiro colocavam os adeptos do Candomblé como líderes em número de vítimas por perseguição religiosa, registrando a marca de 30% das ocorrências de intolerância no município.

As ocorrências apontam como tendência de ataque as depredações em locais de cerimônias religiosas e as difamações em público, tratando adeptos de religiões de matriz africana de “macumbeiros” e classificando algumas de suas cerimônias religiosas, pejorativamente por “macumba”. Esta palavra, mais do que desconhecimento por parte de quem as profere, indica na mesma a própria demonstração de intolerância religiosa, ponto que o artigo em questão visa explicar.

Como referência de representações de violência às religiões de matriz africana, há o incêndio provocado no terreiro candomblecista Kwe Cejá Gbé, situado em Duque de Caxias (RJ) em 2014. O que tornou este um caso isolado de muitos outros no município foi uma participação de lideranças protestantes na arrecadação de fundos para a reforma do terreiro, no ano de 2017, em uma tentativa de, simbolicamente, estabelecer uma luta contra a intolerância religiosa.

Zuazo (2017) relata que em um evento de celebração ao ato, com a presença de líderes religiosos protestantes e do candomblé houve também a presença do cantor e pastor protestante Kleber Lucas, o qual foi duramente criticado nas redes e mídias sociais por seus seguidores após aparecer em um vídeo no terreiro cantando a canção “Maria, Maria”, de Milton Nascimento. Dentre as críticas mais comuns, se destacavam os protestantes que enfatizavam a impossibilidade de haver qualquer ligação entre seus líderes e adeptos de religiões de matriz africana, mesmo que, como no evento em questão, nada mais representasse do que um símbolo de combate à intolerância religiosa.

Ainda que resguardados por leis que combatem crimes de intolerância religiosa, muitos grupos que sofrem repressão social buscam refúgio e alguma via de divulgação cultural, de modo a desconstruírem tabus e edificarem espaços seguros para o livre pensamento e a livre expressão, se não em espaços físicos, em redes e mídias sociais, sendo



elas uma alternativa aos meios de comunicação de maior alcance de espectadores, mas muitas vezes inacessíveis.

O espaço virtual deve ser o primeiro a se enquadrar em moldes que propiciam a participação democrática das minorias religiosas, vítimas de intolerância. Nesse contexto, quando a violência toma conta das redes e mídias sociais, a função de quem preza pela representatividade democrática das minorias é fiscalizar vias legais de contracepção a essa violência, o que envolve trabalhar no estudo de políticas de utilização do espaço virtual.

Metodologia

A realização desta pesquisa parte de observações sobre as relações entre a intolerância religiosa no Brasil e a linguagem, enquanto via de interceptação de representações de preconceitos para o ativismo militante nas mídias sociais, e dentro do próprio ativismo, a relação dialógica na busca pela proteção à liberdade religiosa dos oprimidos e os agentes que se contrapõem a este direito.

Há, portanto, orientação através do aspecto metodológico que Prodanov et al. (2013, p. 36-37) vem a classificar como Método Histórico, a fim de contextualizar a marginalização às religiões que, segundo índices já levantados no texto, mais são vítimas de violência, ou seja, as religiões de matriz africana, sobretudo o candomblé. Para isso, o texto busca explicar a intolerância através de sua história e a partir daí da linguagem, com foco ao uso do substantivo “macumba”, bem como do adjetivo “macumbeiro(a)”.

A origem da intolerância ao candomblé e a liberdade religiosa no Brasil

Para entender a representatividade do candomblé no Brasil em um cenário de intolerância religiosa praticada contra seus seguidores, é necessário compreender o contexto de violência que o caracteriza como uma religião perseguida.

Evaristo (2012, p. 52-53) associa a aversão ao candomblé à aversão já existente na sociedade à cultura africana, sendo que logo no processo de colonialismo no Brasil, a catequização de escravos foi arma utilizada pelos jesuítas para a desconstrução da cultura africana, inicialmente pela exclusão de sua expressão religiosa.

Fica cada vez mais claro então o candomblé como alvo não apenas da religião protestante, algo mais característico a partir do fim do século XX. Siqueira (2009, p. 53)



lembra uma extensa luta por direitos de adeptos do candomblé que passa a surtir seus primeiros efeitos no início dos anos sessenta, quando no Concílio Vaticano II, em regência do Papa João XXIII, a igreja católica passa a oficialmente descriminalizar as principais religiões de matriz africana.

Mesmo passadas décadas após a trégua oficializada entre igreja católica e candomblé, o preconceito cultural enraizado na sociedade persiste. Para quem não sofre com a discriminação e violência por seguir uma determinada religião, a intolerância ao candomblé pode parecer até algo divertido e seus traços de preconceito ficam aparentemente ocultos. Exemplo disso é o uso do vocábulo “macumba” para descrever o culto das religiões de matriz africana, ainda que macumba não signifique nada além da madeira utilizada para a confecção do atabaque, instrumento musical muitas vezes presente em festividades de candomblecistas, vindo da cultura festiva dos escravos. Jensen (2001, p. 5) ressalta a utilização cultural do termo “macumba” como forma depreciativa de se referir aos cultos afros, derivando daí o uso pejorativo do adjetivo “macumbeiro(a)”, em referência aos seguidores dessas religiões.

Quando às principais divulgadoras do termo, Dias (2019, p. 50) relata algo que como já visto já se pode classificar por tendência: lideranças protestantes se impoem perante quaisquer representações de religiões de matriz africana, tomando o termo “macumba” como referência às suas discriminações para com as práticas religiosas, suas liturgias que, assim como as próprias protestantes, podem ser celebradas em local público.

A partir de macumba e das práticas de discriminação, Morais (2013) aponta outra frase característica na discriminação e proposta de intolerância religiosa para com adeptos de religiões de matriz africana, a expressão “chuta que é macumba”, expressão esta que surge como incitação ao vandalismo para com oferendas oferecidas aos orixás, guias espirituais de umbandistas e candomblecistas.

Morais (2013, p. 267) reforça que terminologias como essas, bem como o respeito propriamente dito, só podem ser alcançados através da aquisição de conhecimento acerca do termo, o que não é possível enquanto líderes afastam todos ao seu redor de qualquer via de informação que não seja partida dos mesmos.

O ativismo nas redes e mídias sociais, comprometido com a dissolução de tabus, ganha força a partir de respaldos legais que garantem a liberdade de expressão dos grupos vítimas de intolerância.

O artigo 19 do Texto Constitucional Brasileiro (1988) veda a ligação entre agentes Estatais e religiosos, garantindo, em tese, que não haja qualquer privilégio a uma religião



sobre outra. Esse artigo complementa o artigo 5º, inciso VI, que resguarda a liberdade de consciência e crença, bem como seu exercício, assegurando por lei a proteção aos locais de culto e liturgias.

Ante o exposto, entende-se que a lei pode não funcionar como se espera pelas principais demandas afetadas sem a participação de outros agentes interessados, como as mídias alternativas e as militâncias atuando estrategicamente, com mediação de conflitos partindo de agentes responsáveis, democráticos e passíveis de fiscalização.

O ativismo representativo e a responsabilidade nas mídias sociais

Quando internautas passam a compartilhar o espaço virtual e disseminar informações para o livre acesso, sem sair de casa, a comunicação midiática ganha nova roupagem, o que contribui para a participação do ativismo político-social na reivindicação de diversas pautas.

Muitos movimentos surgem pela falta de representatividade nas grandes mídias. Castells (2007, p. 25) vê a internet como via para desmonopolizar as mídias clássicas, o que a torna alternativa no processo de divulgação e acessibilidade a novos grupos e ideologias combatidas.

Essa nova possibilidade não caracteriza, porém, o fim das mídias mais tradicionais, como a televisão. Castells (2007, p. 27) classifica a participação dos movimentos online como alternativa dos não representados, o que não significa que um meio definitivamente se sobrepõe a outro.

O forte acesso à plataforma virtual para a difusão de informações é cada vez mais notório, movimenta muito capital em promoção de eventos, marketing digital e campanhas políticas, porém, é um espaço a ser aprimorado para fins de atividades no próprio campo político-social.

Barreto (2017, p. 154-155) acrescenta que muitos dos principais grupos ativistas de Direitos Humanos e Ambientais já apresentavam forte crescimento, mas a internet enquanto mídia independente os possibilitou a ampliação de suas formas de atuação, especialmente para denúncias.

Há então em consenso geral a internet – e com ela a representação democrática de grupos e ideologias nas mídias sociais – como indiscutível ferramenta para o desenvolvimento socialmente sustentável enquanto mídia alternativa. Igualmente, os autores convergem sobre a importância da internet (redes e mídias sociais e digitais) no suporte aos movimentos ativistas



de ideias já consolidadas: o uso da mídia alternativa, assim como com as mídias tradicionais, não aumenta nem atenua a relevância de uma determinada pauta, mas viabiliza sua exposição.

Por outro lado, em espaço virtual onde há leis, mas não há fiscalização, quaisquer crimes podem ser cometidos com muita liberdade, e as consequências não são percebidas em todos os aspectos. Se tomado como exemplo o cyberbullying e a organização de grupos que praticam intolerância religiosa, uma fiscalização que dá atenção às vítimas, mas não dá a devida atenção ao foco de ataques de intolerância, pode involuntariamente estar permitindo a abertura de espaço para problemas maiores do que os apresentados. Castells (2017, p. 34-35) destaca o surgimento e desenvolvimento de grupos radicais, unidos pelo ódio e que, inseridos em determinadas correntes ideológicas, através de ações violentas buscam sentido à vida.

Ao tomar homens bomba e kamikazes como principal objeto de estudo desses grupos, Castells (2017, p. 35-36) os analisa em eventos cronologicamente reversos: Em um primeiro momento há uma visão de seus atos de violência já consumados, mas logo após é frisado que, antes disso, as organizações responsáveis por cooptar membros o faziam com pessoas que buscavam identidade social. Assim como ceder espaço para a participação desses que se sentiam excluídos, essas organizações entrariam com a proposta de sanar seus desejos de justiça social e viabilizar um prazer transcendental de fazê-los mártires mediante suas mortes em ações terroristas.

A intolerância religiosa, praticada nas redes e mídias sociais, pode então ser compreendida não apenas como um mal à sociedade por suas vítimas diretas, física ou verbalmente atacadas pelos intolerantes, mas a possível ascensão de grupos radicais formados por mentores interessados em cooptar membros que vêm sofrendo problemas psicológicos como crises de identidade e inconformismo perante diversos motivos.

Considerações finais

Um dos desafios de quem busca a contracção das representações de intolerância religiosa na internet está justamente na reeducação do próprio estilo de atuação. Com isso se entende a tentativa frustrada em converter mentes que não estão interessadas em aderir uma visão mais tolerante, já que a intolerância, ainda que não componha de fato a personalidade de quem o pratica, acaba sendo uma parte de sua agenda política.

Torna-se como alternativa, portanto, criar uma própria frente de atuação, em que o mesmo público sujeito a ser atingido pela intolerância possa ser atingido pelo conhecimento,



pela consciência da história e da própria linguagem, do próprio vocabulário usado, ainda que muitas vezes isto soe como um aborrecimento partindo de grupos que propagam ideias politicamente corretas.

Buscar os focos de onde surgem termos proferidos pela falta de conhecimento de alguém, como “macumba”, “macumbeiro(a)” e “chuta que é macumba” pode ser a primeira ação relevante no processo de combate à intolerância religiosa por meio da dissolução de tabus e da eficaz divulgação de conhecimento útil. Estas expressões depreciativas, se caracterizadas diretamente por órgãos legais como propagandas de intolerância religiosa, poderia igualmente ser uma forma de dar visibilidade para a causa.

Referências

BARRETO, Gustavo. **Cidadania e internet**: entre a representação midiática e a representatividade política. Curitiba: Appris, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CASTELLS, M. A era da intercomunicação. In: CASTELLS, M.; RAMONET, I.; MARTINS, A.; HALIMI, S.; BRUNE, F.; LIMA, V. A.; PILGER, J.; BENTES, I.; VIDAL, D. **Caminhos para uma comunicação democrática**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2007, p. 17-28.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

DIAS, João Ferreira. “CHUTA QUE É MACUMBA”: O PERCURSO HISTÓRICO-LEGAL DA PERSEGUIÇÃO ÀS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano XII**. v. 4, n. 22, p. 39-62.

EVARISTO, M. L. I. O útero pulsante no candomblé: a construção da “afroreligiosidade” brasileira. **Sacrilegens**. v. 9, n. 1, p. 35-55, 2012.

JENSEN, T. G. Discursos sobre as religiões afro-brasileiras: Da desafricanização para a reafricanização. **Revista de Estudos da Religião**. n. 1, p. 1-21, 2001.

MARTINS, A. Muito além de Gutenberg. In: CASTELLS, M.; RAMONET, I.; MARTINS, A.; HALIMI, S.; BRUNE, F.; LIMA, V. A.; PILGER, J.; BENTES, I.; VIDAL, D. **Caminhos para uma comunicação democrática**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2007, p. 45-60.



MORAIS, Mariana Ramos. NÃO CHUTE, É MACUMBA! OU MELHOR, UMA OFERENDA! – NOTAS SOBRE AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA LEI 10.639. **Revista Educação e Políticas em Debate**. V. 2, n. 1, p. 249-270, 2013.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

SIQUEIRA, S. A. Multiculturalismo e Religiões Afrobrasileiras O Exemplo do Candomblé. **Revista de Estudos da Religião**. v. 9, n. 1, 2009, p. 36-55.

ZUAZO, Pedro. **Cantor gospel Kleber Lucas é chamado de ‘endemoniado’ após evento em terreiro**. (2017). Acesso em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/cantor-gospel-kleber-lucas-chamado-de-endemoniado-apos-evento-em-terreiro-22147168.html>. Acessado em 28 de dezembro de 2018.